

Mulheres, cuidado alimentar e desigualdades: construção de um modelo teórico interseccional para análise de experiências femininas em ambiente alimentar doméstico

Gabriela Brito de Lima Silva

Doutoranda em Nutrição Humana pela UnB

Docente de Gastronomia no IFPI/CASRN

✉ gabii.bls20@gmail.com

Elisabetta Recine

Doutora em Saúde Pública pela USP

Docente do Departamento de Nutrição da UnB

Recebido em 15 de novembro de 2024

Aceito em 8 de outubro de 2025

Resumo:

Experiências femininas nos ambientes alimentares domésticos são afetadas por condições materiais e relações sociais. Expandir o conhecimento sobre estes contextos pode proporcionar melhores intervenções no ambiente, na saúde e na vida das mulheres. Este estudo objetivou desenvolver um modelo teórico para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando as intersecções entre raça, classe e gênero. Realizou-se um estudo qualitativo, utilizando a Interseccionalidade como referencial teórico e metodológico. Desenvolveu-se o modelo baseado nos princípios da Elaboração Significativa do Modelo Teórico. Grupos focais foram realizados com oito mulheres para explorar suas experiências e auxiliar na construção do modelo. Um modelo inicial foi desenvolvido com o intuito de organizar os principais elementos e relações que influenciam esse contexto, interferindo nas condições de vida das mulheres, na sua atuação e consequentemente na adoção de uma alimentação adequada e saudável. A partir dos grupos focais identificou-se desafios enfrentados pelas mulheres, como a responsabilização, sobrecarga, maternidade, uso do tempo, dificuldade de acesso, baixa renda e custo dos alimentos. O modelo foi reelaborado dando ênfase as interseções entre as desigualdades de gênero, raça e classe, e seus os fatores socioeconômicos, ao trabalho doméstico e ao cuidado alimentar. Os desafios identificados foram inseridos no modelo e considerados limitantes na adoção de uma alimentação saudável e adequada. Por fim, o instrumento proposto chama atenção para as realidades sociais e as desigualdades que circunscrevem as experiências femininas no ambiente doméstico e para importância de políticas públicas.

Palavras-chave: Alimentação saudável, ambiente alimentar, gênero, Teoria Interseccional.

Women, Food Care, and Inequalities: Developing an Intersectional Theoretical Model for Analyzing Women's Experiences in the Domestic Food Environment

Abstract:

Women's experiences in home food environments are affected by material conditions and social relationships. Expanding knowledge about these contexts can provide better interventions in the environment, health, and lives of women. This study aimed to develop a theoretical model to analyze

¹ Trabalho resultado de pesquisa de doutorado, da discente Gabriela Silva, sob orientação da profa. Dra. Elisabetta Recine, no Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana da Universidade de Brasília.

women's experiences in home food environments, considering the intersections between race, class, and gender. A qualitative study was conducted, using Intersectionality as a theoretical and methodological framework. The model was developed based on the principles of Meaningful Elaboration of the Theoretical Model. Focus groups were held with eight women to explore their experiences and assist in the construction of the model. An initial model was developed with the aim of organizing the main elements and relationships that influence this context, interfering in women's living conditions, their performance, and consequently in the adoption of an adequate and healthy diet. From the focus groups, challenges faced by women were identified, such as responsibility, overload, motherhood, use of time, difficulty of access, low income, and cost of food. The model was redesigned to emphasize the intersections between gender, race, and class inequalities and their socioeconomic factors, domestic work, and food care. The challenges identified were included in the model and considered to be limitations in the adoption of a healthy and adequate diet. Finally, the proposed instrument draws attention to the social realities and inequalities that circumscribe women's experiences in the home environment and to the importance of public policies.

Keywords: Healthy Eating, food environment, gender, Intersectional Theory.

Mujeres, cuidado alimentario y desigualdades: construcción de un modelo teórico interseccional para el análisis de experiencias femeninas en el entorno alimentario doméstico

Resumen:

Las experiencias femeninas en entornos alimentarios domésticos están afectadas por condiciones materiales y relaciones sociales. Ampliar el conocimiento sobre estos contextos puede proporcionar mejores intervenciones en el ambiente, salud y vida de las mujeres. Este estudio buscó desarrollar un modelo teórico para analizar experiencias femeninas en entornos alimentarios domésticos, considerando intersecciones de raza, clase y género. Se realizó un estudio cualitativo, con la Interseccionalidad como marco teórico y metodológico. El modelo fue desarrollado con base en principios de Elaboración Significativa del Modelo Teórico. Se llevaron a cabo grupos focales con ocho mujeres para explorar sus experiencias y apoyar la construcción del modelo. Se desarrolló un modelo inicial que organiza los principales elementos y relaciones influyentes en este contexto, interfiriendo en condiciones de vida, desempeño y adopción de una alimentación adecuada y saludable. Los grupos focales identificaron desafíos enfrentados por las mujeres: responsabilidad, sobrecarga, maternidad, uso del tiempo, acceso limitado, bajos ingresos y costo de alimentos. El modelo fue reelaborado, enfatizando intersecciones entre desigualdades de género, raza, clase y factores socioeconómicos, trabajo doméstico y cuidado alimentario. Los desafíos fueron incluidos en el modelo y considerados limitantes en la adopción de una alimentación saludable y adecuada. Finalmente, el instrumento propuesto llama la atención sobre las realidades sociales y las desigualdades que circunscriben las experiencias femeninas en el ámbito doméstico y la importancia de las políticas públicas.

Palabras clave: Alimentación saludable, entorno alimentario, género, Teoría Interseccional.

INTRODUÇÃO

Escolhas alimentares são delineadas por fatores micro e macroestruturais que influenciam na saúde e nutrição das pessoas. O contexto físico, econômico, político e sociocultural que oportuniza e cria condições de decisões sobre aquisição, preparo e consumo dos alimentos é denominado ambiente alimentar (HLPE, 2017; Turner *et al.*, 2018). A alimentação é parte do cotidiano, e o ambiente alimentar doméstico (AAD) é um cenário

complexo de construção de (im)possibilidades, preferências e hábitos alimentares e de reprodução de tradições culturais (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008)

O AAD é predominantemente gerenciado pelas mulheres a partir do trabalho doméstico e de cuidados. O cuidado é uma prática social, repleta de atividades que tem por objetivo promover saúde e bem-estar das pessoas, sendo essencial para a sustentabilidade da vida (Renk, Buziquia; Bordini, 2022). O cuidado alimentar envolve a escolha, planejamento, compra e preparo dos alimentos no domicílio. As experiências femininas em AAD são afetadas por condições materiais e relações sociais, que são produzidas em meio a intersecções entre relações de gênero, raça e classe (Silva; Recine, 2023; Anigstein, 2020; Braga; Costa, 2022).

O cuidado nos AAD é distribuído de forma desigual, afetando as mulheres, principalmente as negras, pobres e trabalhadoras. Elas enfrentam vulnerabilidades históricas, frutos do racismo e da desigualdade econômica, assumindo grande carga de tarefas domésticas e de cuidado (Davis, 2016; Renk, Buziquia; Bordini, 2022). Lares chefiados por mulheres negras, com baixa escolaridade e com menores recursos econômicos apresentam maior insegurança alimentar (Santos *et al.*, 2022; Braga; Costa, 2022). Garantir alimentação saudável e adequada para as pessoas que elas cuidam, com amplo acesso aos alimentos, dignidade e distribuição justa do trabalho doméstico, é um desafio para as mulheres.

Por isso, expandir o conhecimento sobre os AAD pode contribuir para intervenções mais eficazes no ambiente, na saúde e na vida das mulheres. Modelos teóricos são instrumentos científicos que representam a realidade e são elaborados para tornar visíveis as relações entre a teoria e o universo empírico. A construção desses modelos tem como objetivo conceituar a realidade, aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados e suas inter-relações (Bunge, 2020; Filho; Struchiner, 2021).

Assim, este estudo objetivou desenvolver um modelo teórico para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando as intersecções entre raça, classe e gênero.

METODOLOGIA

Realizou-se um estudo qualitativo sobre experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando-as, fenômeno social. A interseccionalidade, fundamentada no Feminismo Negro e nos Estudos de Gênero, foi adotada para analisar opressões de raça, classe e gênero (Pereira, 2021). Essa abordagem explora a complexidade das condições estruturais que moldam experiências individuais (Pereira, 2021; Abrams *et al.*, 2020) e, metodologicamente, trata de sistemas multiníveis, destaca grupos marginalizados, contextos de desigualdade e propõe modelos com cautela nas comparações (Choo; Ferree, 2010; Abrams *et al.*, 2020).

O modelo seguiu os princípios da Elaboração Significativa do Modelo Teórico, de Filho e Struchiner (2021), que ressaltam a importância de refletir sobre estruturas e conceitos, bem como sobre as experiências e conhecimentos prévios do/a pesquisador/a. Prevê-se a atualização contínua do modelo, aprofundando o tema de forma interativa, sendo a abordagem considerada mais adequada para construir modelos teóricos em pesquisas de Saúde Pública. A elaboração do instrumento também se baseou nesses fundamentos, incluindo uma pesquisa empírica em uma das fases. O processo envolveu sete etapas: (I) definição do objeto de estudo; (II) resgate de ideias; (III) representação inicial; (IV) revisão de literatura; (V) nova versão do modelo; (VI) estudo empírico para coleta de dados; e (VII) versão final.

Na etapa I, definiu-se o objeto de estudo — “Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos” — tendo a interseccionalidade como base teórica e metodológica. Na etapa II, registraram-se conceitos e relações sobre o tema, elaborando esquemas gráficos a partir de conhecimentos e leituras anteriores sobre gênero, trabalho feminino, alimentação, nutrição e interseccionalidade. Na etapa III, iniciaram-se as representações gráficas do modelo, conforme Bunge (2020) e Filho e Struchiner (2021), que defendem o uso de recursos visuais para explicar e facilitar a compreensão do modelo. As representações foram elaboradas no Microsoft PowerPoint (Office Professional Plus 2019).

Na etapa IV, realizou-se revisão narrativa nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, com palavras-chave em português, inglês e espanhol: ambiente alimentar, ambiente alimentar doméstico, gênero, mulheres, acesso a alimentos, mulheres negras e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Consultaram-se também

documentos do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Incluíram-se materiais publicados entre 2005 e 2022, sendo lidos, fichados e organizados em três categorias: (1) ambiente alimentar doméstico; (2) mulheres e condições socioeconômicas; (3) desafios femininos em AAD.

Os achados da categoria 1 destacaram os elementos-chave do AAD. A categoria 2 elencou aspectos referentes às condições socioeconômicas das mulheres e suas relações com as desigualdades de gênero, raça e classe social. A categoria 3 destacou as barreiras enfrentadas pelas mulheres, sobretudo negras e de baixa renda. A partir disso, a etapa V consistiu na incorporação sistemática dos conceitos e das relações identificadas em cada categoria nas dimensões principais do modelo inicial (figura 1). A validação dessa representação inicial foi realizada pela equipe de forma conceitual, considerando a revisão narrativa realizada e alinhamento com os referenciais teóricos-metodológicos da interseccionalidade.

Na perspectiva interseccional, a pesquisa deve envolver grupos que vivenciam a realidade estudada para captar diferentes perspectivas e validar dados (ABRAMS *et al.*, 2020). Assim, na etapa VI, realizaram-se grupos focais (GF) com oito mulheres de organizações da sociedade civil para explorar experiências sobre alimentação e AAD, refinando o modelo e confrontando-o com a realidade social. Foi realizado contato com diferentes movimentos sociais que mediarão o diálogo com as participantes. Os convites foram enviados por e-mail para as mulheres que se demonstraram interessadas. Todas eram maiores de 18 anos e oriundas do Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. Quatro se identificaram como pretas e quatro como pardas; seis trabalhavam, uma era aposentada e uma, desempregada.

Realizaram-se duas sessões remotas de GF, com cerca de 1h30 cada, via Zoom Meet, seguindo roteiro baseado no modelo teórico e na literatura. A primeira abordou “Vivências no ambiente alimentar doméstico” e a segunda, “Acesso e disponibilidade: ambiente alimentar doméstico em geral”. Houve apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Uso de Voz e Imagem. As sessões foram gravadas, transcritas e analisadas por Análise Temática (Garcia; Ferreira, 2022). A etapa foi

aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE 59327622.6.0000.0030).

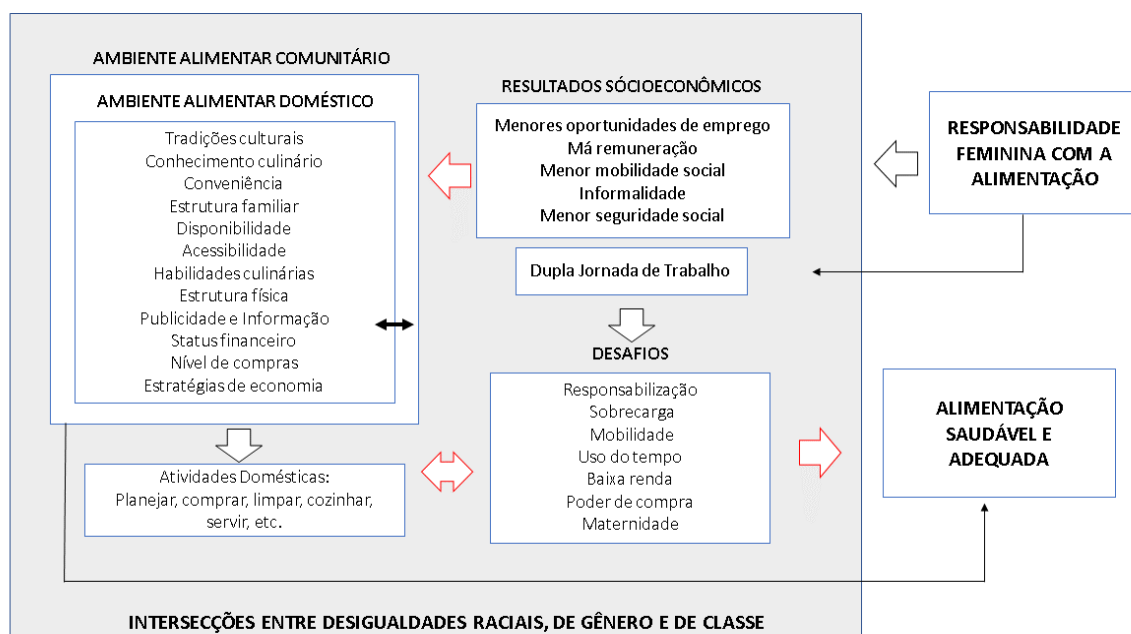
Após o estudo empírico, atualizou-se e reestruturou-se o modelo (etapa VII), incorporando novos elementos. Em relação aos domínios do AAD, foram criados quadros conceituais com componentes dos domínios externo e interno, além de mapas conceituais que identificam os principais desafios enfrentados por mulheres, conforme seus relatos. Esses elementos foram interpretados com o apoio da literatura e integrados ao modelo teórico final (figura 2), que será discutido detalhadamente a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Modelo Teórico Inicial

Na figura 1 observa-se o modelo analítico inicial que foi proposto com o intuito de organizar os principais elementos e relações referentes ao contexto estudado.

Figura 1. Modelo Teórico Inicial



*As setas vermelhas representam pontos críticos das relações

Legenda: Modelo Teórico Inicial de Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos na ótica interseccional

Fonte: Elaboração das Autoras (2022)

O Modelo Teórico para “*Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos na ótica interseccional*” é composto pelo elemento **responsabilidade feminina com a alimentação**, como ponto de partida das relações; uma grande dimensão que engloba as **intersecções entre as desigualdades raciais, de gênero e de classe**; e um desfecho a **alimentação saudável e adequada**.

O primeiro elemento, a **responsabilidade feminina com a alimentação**, é considerado um ponto inicial e crucial para se compreender as experiências femininas nos ambientes alimentares domésticos. Portanto, a construção de gênero em torno deste aspecto define as mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado com a alimentação, com a família e com o contexto doméstico de modo naturalizado e reproduzido socialmente (Renk, Buziquia; Bordini, 2022; Venegas; Cardoso; Santos 2024).

No domínio das **intersecções entre as desigualdades raciais, de gênero e de classe**, observa-se relações que estão em constante interação. No primeiro componente desta dimensão, a responsabilidade feminina com a alimentação se associa diretamente aos **resultados socioeconômicos** gerados tanto pela articulação das três categorias (gênero, raça e classe). Ou seja, são itens que se ligam simultaneamente a estes eixos de opressão e ajudam a moldar as experiências a partir de aspectos do âmbito material (Braga; Costa, 2022; Sgambato *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2022; Silva; Recine, 2023)

A **dupla jornada de trabalho** é destacada como um elemento “a parte”, tendo em vista sua centralidade na vida das mulheres^{7,8}. Dar-se ênfase a este item por ser compreendido, junto aos resultados socioeconômicos, como um motor fundamental na geração dos desafios enfrentados na garantia de uma alimentação adequada e saudável (Twyman *et al.*, 2020; Braga; Costa, 2022; Santos *et al.*, 2022)

Os resultados socioeconômicos e a dupla jornada, incidem diretamente no **ambiente alimentar doméstico**. Para que o AAD se estabeleça, é necessário a existência do ambiente comunitário situado em seu entorno (Glanz *et al.*, 2005). O **ambiente alimentar comunitário** (AAC) se interliga às experiências femininas, ainda que indiretamente, pela sua relação de dependência com o ambiente doméstico e por seus fluxos.

O AAD é complexo e abrange diversos elementos que influenciam nos processos de decisão e consumo de alimentos (Story *et al.*, 2008; Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008) Alguns destes, podem ser observados no modelo teórico proposto: tradições culturais, conhecimento culinário, habilidades culinárias, conveniência, estrutura familiar, disponibilidade, acessibilidade, estrutura física, publicidade e informação, status financeiro, nível de compras e estratégias de economia (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Turner *et al.* 2018; Twyman *et al.*, 2020).

No AAD é necessário a realização de atividades que compõem a dinâmica interna dos domicílios e são importantes para a reprodução social. As **atividades domésticas**, tais como planejamento, compra, limpeza, preparo de alimentos, serviço, dentre outros, possibilitam que o AAD se materialize e expresse os elementos acima citados (Silva; Recine, 2023; Franch *et al.*, 2023).

Tais atividades se interrelacionam também com os **desafios** os quais as mulheres vivenciam cotidianamente. Os desafios, associados simultaneamente aos resultados socioeconômicos e a realização das atividades domésticas implicam na atuação feminina no AAD. A responsabilização, a sobrecarga, a mobilidade, o uso do tempo, baixa renda, poder de compra e maternidade são fatores que desafiam a atuação feminina bem como a adoção de uma **alimentação adequada e saudável** nesse cenário (Anigstein, 2020; Braga; Costa, 2022; Twyman *et al.*, 2020).

Após essa breve descrição do modelo teórico inicial, serão apresentados os resultados dos GF que tiveram como objetivo escutar as experiências femininas em AAD. Com isso, alterações no modelo foram realizadas, cujo modelo final será discutindo mais detalhadamente a frente.

Conversas sobre ambiente alimentar doméstico

Durante os GF, foram observados elementos que dialogavam entre si de modo sistêmico no contexto do AAD, bem como experiências femininas convergentes.

As participantes cozinhavam diariamente, sentindo-se cansadas sobretudo ao conciliar as tarefas domésticas com o trabalho fora do lar. Aprender a cozinhar na infância com a mãe

ou desenvolver **habilidades culinárias** (Santos et. al, 2025) após formar uma família foi comum entre elas podendo ser observado em relatos como “eu me lembro da minha mãe ensinar a gente a fazer”, “foi a minha mãe a principal referência, “depois eu me casei, fazia comida tudo bonitinho”. Cozinhar alimentos considerados “básicos”, como arroz, feijão, carnes e vegetais para a alimentação dos filhos foi essencial na aprendizagem. Além disso, o aprendizado culinário foi enriquecido pela consulta a livros de receitas e pelo compartilhamento entre mulheres.

Sobre a **estrutura familiar** (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008) das participantes, seis eram mães e residiam com ao menos um dos filhos, três eram avós e quatro residiam com companheiro. Observou-se preocupação com a alimentação dos filhos e netos e por este motivo, uma dedicação maior à alimentação das crianças e tal atenção estava associada as responsabilidades da maternidade vivenciadas por elas, o que foi observado em um dos relatos “meu filho nasceu eu comecei a me dedicar e pesquisar mais sobre alimentação”. Apesar de afirmarem haver divisão das tarefas em casa, foi nítido que eram elas as responsáveis pelo controle, planejamento, organização principal de todas as refeições.

O **ambiente social** é um aspecto que também influencia o AAD, pois as pessoas estão em constante convívio social (Story *et al.*, 2008). No caso das participantes, refeições em casa aos finais de semana reuniam amigos e familiares, sendo observado em relatos “A gente faz para churrasco, para receber os amigos” e “quando final de semana, quando o pessoal vem, que aí a gente já faz uma comida especial”. Conversas sobre alimentação e saúde com amigas, vizinhas, mães, filhas, sobrinhas e visitas a parentes em outros estados também marcaram a influência do ambiente social nas suas experiências, algo representado em uma das falas “uma vizinha minha chamada Meire que era do Rio de Janeiro, ela me ensinou a fazer um feijão diferente”.

A influência das **tradições culturais** (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008) nas práticas alimentares foi perceptível. Quando questionadas sobre quais eram as comidas tradicionais da família, algumas responderam “nossa alimentação básica, era o peixe pescado, fresquinho”, “lá na Paraíba a gente só comia feijão, farinha, algumas coisas tipo cuscuz, algumas comidas nordestina”, “o jeito carioca, a famosa comida de domingo, né, o feijão nas travessas”. Comidas regionais, ligadas aos estados e regiões de origem são parte do repertório alimentar preparado e consumido por elas e familiares. Culturas alimentares tais como a

capixaba, a carioca, a nordestina, do centro-oeste e do norte do estado, demonstraram como a tradição alimentar está presente no AAD a partir de relações entre cultura e regionalidade.

As preferências pessoais e coletivas são observadas sob o aspecto da **desejabilidade** (Turner *et al.*, 2018). Não gostar de determinados alimentos, mas cozinhar para agradar os filhos ou por questões de saúde foram aspectos observados em narrativas como “igual bife de fígado, eu não como bife de fígado, mas eu fazia”, “eu sei que vai melhorar a saúde dele já que a comida que a gente come é uma porcária”. Alguns alimentos regionais, tais como quiabo, galinha caipira, mocotó, farinha de mandioca, peixe, feijão e rabada estão presentes nos seus universos domésticos, por estarem ligados às preferências das participantes. Alimentos agroecológicos ou sem agrotóxicos eram prediletos pelas que tinham acesso a estes.

Para otimizar o tempo, as mulheres adotavam práticas de **conveniência** (Turner *et al.*, 2018), como o uso de alimentos processados e ultraprocessados, que são rápidos e fáceis de preparar na rotina agitada. Essa busca por praticidade fica clara na fala: “era muito rápido, era muito prático, eu podia estar sozinha em casa e fazer”. Outras estratégias incluíam cozinhar grandes quantidades para consumo posterior e reaproveitar sobras para refeições rápidas. Algumas relataram: “eu sempre deixo algumas marmitinhas” e “minha filha se preocupa em ‘fazer as marmitinhas’ com o básico para facilitar o tempo”. Assim, o preparo de marmitas e o congelamento de refeições semanais foram identificados também como formas importantes de gerenciamento do tempo.

O espaço físico influencia o AAD e as práticas de aquisição, armazenamento e preparo das refeições. A **infraestrutura** da casa, especialmente da cozinha (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008), foi destacada nos grupos focais. O uso de utensílios tradicionais da cozinha brasileira, como panelas de barro e fogão a lenha, era comum entre algumas participantes, como ilustram os relatos: “aqui no estado a tradição é com panela de barro” e “faço começando no fogão a lenha, venho de uma tradição de cozinhar assim”. Por outro lado, a falta de equipamentos e móveis, como geladeira e mesa, limitava a aquisição de alimentos in natura e perecíveis e dificultava a preparação de refeições equilibradas, evidente na fala: “agora no momento deu problema na minha geladeira, então a gente tá comprando o que é possível não estragar, né?”.

As mulheres realizavam a maioria das compras, gerenciando a **capacidade de compra** (Pitt *et al.*, 2017) conforme as condições físicas e financeiras. Relatos como “eu vou comprando

assim aos poucos”, “quando vejo que vai faltar, já reponho” e “não compro mais o ‘rancho mensal’, mas conforme a necessidade, até semanalmente ou no dia a dia, para evitar desperdício” evidenciam essa dinâmica. A compra de alimentos frescos e in natura ocorria semanalmente, geralmente nas feiras livres, enquanto os alimentos não perecíveis eram adquiridos mensalmente. A reposição de alguns itens era feita conforme a necessidade, e o valor disponível influenciava a quantidade adquirida.

Algumas **estratégias de economia** (Pitt *et al.*, 2017) eram utilizadas pelas participantes no controle da alimentação preparada e consumida em casa, refletindo nas escolhas alimentares. A substituição ou subtração de alguns alimentos e o uso de recursos culinários para fazer a comida “render” foram exemplos de estratégias abordadas. Falas como “eu tô substituindo as coisas, estou começando a substituir”, “a gente teve que se reinventar, por exemplo, eu comprei muito pé de galinha e pescoço” e “eu cozinhava 1 kg de feijão para uma semana, duas semanas, e hoje eu cozinho meio”, demonstraram tais práticas. Realizar um planejamento mensal, elaborar de listas de compras e comprar em frações menores, bem como a priorização de alimentos sazonais e mais baratos foram outros pontos abordados.

A **publicidade e a informação** (Turner *et al.*, 2018; Glanz *et al.*, 2005) influenciam as decisões alimentares das mulheres. Meios como TV e internet fazem parte do cotidiano delas, oferecendo acesso a informações sobre alimentação e nutrição. A internet é usada para buscar receitas, participar de grupos culinários e ler notícias sobre alimentação saudável. As participantes relataram: “eu tava vendo na internet, tá na internet as piores comidas para se comer”, “sempre participo dos grupos para ver o que posso reciclar” e “fico olhando os programas de TV”. Além disso, o contato com profissionais de saúde também influencia suas escolhas alimentares por meio de conversas e troca de conhecimentos.

A **disponibilidade** (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018) foi discutida pelas participantes, que destacaram que o acesso a alimentos in natura e minimamente processados é mediado por feiras e supermercados. A consciência de onde adquirir alimentos de qualidade e aproveitar a sazonalidade de certas frutas é fundamental para garantir a disponibilidade de alimentos saudáveis em seus lares, observado em uma das falas “eu já sei da onde eu posso conseguir alimentos de melhor qualidade”. Contudo, outras mulheres destacaram a falta de alimentos essenciais em casa como carnes, frango e peixe como um fator problemático, diante dos altos preços e da falta de recursos financeiros.

Sobre **acessibilidade** (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018), algumas mulheres destacaram a presença de feiras livres e orgânicas próximas, enquanto outras relataram dificuldade em acessar alimentos saudáveis por falta desses estabelecimentos perto de casa. Ir às compras a pé era uma opção para algumas, mas bicicleta, carro próprio ou carona também eram usadas para chegar aos locais de venda. Relatos como “quando dá para ir de bicicleta, eu vou” e “quem fez o pedido às vezes pega carona, dá carona” ilustram essas alternativas. Nem todas tinham carro próprio, o que dificultava o acesso físico, como relatado: “também tem a questão do peso, carregar, eu não tenho um carro”.

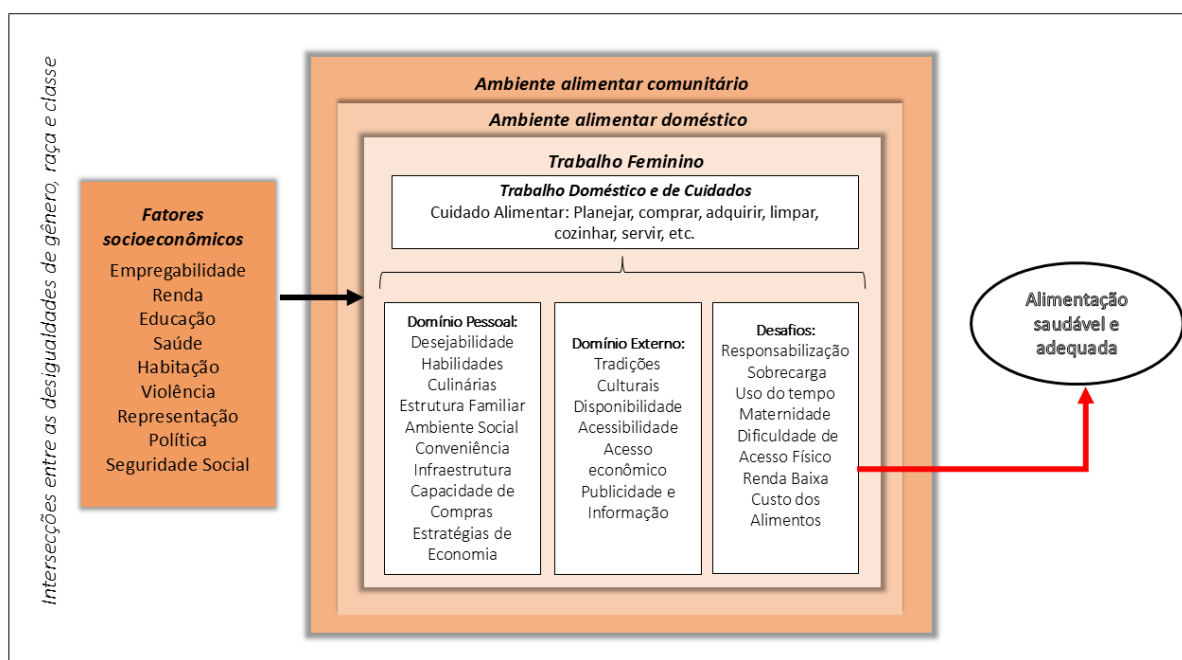
A renda foi destacada como fator central no **acesso econômico** aos alimentos (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018). As participantes reconheceram que a baixa renda dificulta a compra de alimentos em quantidade e qualidade adequadas devido aos altos preços. A prioridade era adquirir alimentos acessíveis, equilibrando a alimentação com outras despesas familiares, como água, luz e telefone. Isso fica claro em relatos como: “eu não gostava de abobrinha, passei a gostar e comprar mais barato”, “tive que substituir com margarina [...] não tem outra opção” e “tenho que me virar com o que ganho porque não é só uma conta, é água, luz, telefone”. Para ajudar no planejamento financeiro, usavam cartões de alimentação, crédito e cheques especiais, mesmo correndo risco de endividamento.

As participantes enfrentam desafios no AAD como responsabilização, sobrecarga, maternidade, tempo, acesso, baixa renda e custo dos alimentos, refletindo seu contexto social, cultural e econômico. Essas questões, permeadas por desigualdades de gênero, raça e classe, impactam suas experiências alimentares domésticas (González, 2020; Silva; Recine, 2023). Mulheres negras e trabalhadoras lidam com restrições materiais que dificultam garantir alimentação saudável sem sobrecarga, incluindo limitações de renda, trabalho, saúde, mobilidade e moradia, reforçando a necessidade de análise interseccional sobre cuidado, trabalho doméstico e ambiente alimentar (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021; Passos; Souza, 2021; Silva; Recine, 2023). A partir resultados dos GF, sobretudo da escuta atenta aos relatos femininos, o modelo teórico foi reestruturado e será discutido a seguir.

Modelo Teórico Final

Após os GF, realizou-se uma reestruturação do modelo teórico que pode ser observada na figura 2. Nesse processo, observou-se que aspectos da vida social das participantes se relacionavam com elementos do AAD de maneira sistêmica. Ou seja, as relações com a família, a sociedade, o trabalho, a saúde, a cultura, o espaço e o tempo, eram interdependentes no contexto das decisões alimentares e interferiam de modo positivo ou negativo na qualidade da alimentação nos ambientes domésticos.

Figura 2. Modelo Teórico Final



Legenda: Modelo Teórico para Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos

Fonte: Elaboração das autoras (2024)

As **interseções entre desigualdades de gênero, raça e classe** revelam a complexidade das experiências femininas relacionadas aos aspectos sociais da alimentação e nutrição (Silva; Recine, 2023). Essas desigualdades geram níveis variados de injustiça, colocando grupos em desvantagem biopsicossocial. No modelo teórico revisado, as interseções raciais, de gênero e classe permanecem como cenário social das experiências femininas no AAD. Contudo,

diferente do modelo inicial, percebe-se que a responsabilidade feminina pela alimentação e a capacidade de garantir uma alimentação saudável e adequada se moldam nesse contexto (Silva; Recine, 2023). Por isso, esses dois elementos foram incorporados ao domínio das interseções.

No modelo final, **fatores socioeconômicos** são resultados das interseções e implicam diretamente no AAD e no trabalho feminino. Estes fatores são estruturais e estruturantes e têm influência nas condições materiais das escolhas alimentares. Pessoas que convivem com menores posições socioeconômicas enfrentam diferentes tipos de restrições, ficando expostas a padrões alimentares menos saudáveis, a monótonos e de baixa qualidade (Cunha *et al.*, 2022).

No caso das mulheres, das mulheres negras, mulheres de baixa renda e trabalhadoras, há uma série de adversidades que acontecem no campo sociocultural e político (González, 2020). Por isso, os fatores socioeconômicos tais como a **empregabilidade, renda, educação, saúde, violência, representação política e seguridade social** trazem resultados particulares para as experiências femininas com os AAD, como pode ser visto a seguir.

Empregabilidade. A empregabilidade das mulheres é impactada por desigualdades de gênero, raça e classe, com a participação no mercado de trabalho sendo prejudicada por responsabilidades domésticas, pobreza e racismo. Em 2023, apenas 53% das mulheres com 15 anos ou mais eram empregadas (IBGE, 2024). Além disso, é mais comum que mulheres, especialmente pretas e pardas, estejam em empregos informais e em regimes de trabalho parcial, sem garantias sociais (IBGE, 2024; Garcia; Marcondes, 2024). Conseguir e manter um emprego justo possibilita maior autonomia financeira e social, facilitando a gestão das escolhas alimentares (Twyman *et al.*, 2020).

Renda. O trabalho é uma fonte essencial de renda para as pessoas e famílias (IBGE, 2021). No entanto há uma desigualdade de rendimentos entre gêneros, afetando as condições de vida das mulheres e tal desigualdade é influenciada por fatores como racismo, divisão sexual do trabalho, estereótipos e a naturalização do cuidado. Em 2022, o rendimento das mulheres foi de 78% do rendimento dos homens (IBGE, 2024), estando as mulheres negras nos menores estratos de rendimento (Passos e Souza, 2021). Superar essa disparidade é essencial para a garantia de uma alimentação saudável, maior aquisição de alimentos de qualidade, acesso a serviços de cuidados e saúde e melhoria de qualidade de vida (Twyman *et al.*, 2020).

Educação. No Brasil, o fator escolaridade oportuniza uma maior inserção no mercado de trabalho, melhor status de ocupação, ganho salarial e mobilidade social (IBGE, 2021). Apesar de no país, as mulheres serem mais instruídas que os homens, no quesito racial, a taxa de mulheres negras sem instrução ainda é maior que homens brancos e mulheres brancas (IBGE, 2024). A relação entre educação, empregabilidade e renda implica na oportunidade de adquirir alimentos saudáveis. Por este motivo a educação influencia na configuração dos ambientes alimentares domésticos não só por possibilitar mais conhecimentos sobre a alimentação, mas por interferir diretamente no aspecto financeiro das escolhas alimentares (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Sgambato *et al.*, 2022).

Saúde. Para se compreender a relação entre mulheres e saúde, é importante considerar a sua transversalidade com aspectos como desigualdade, pobreza, violência, racismo e sexismo. É certo que, as condições de vida afetam a saúde das mulheres e as iniquidades sociais contribuem para que as mulheres negras e pobres sejam as mais afetadas pelo racismo institucional que limita seu acesso à serviços de saúde. Por isso, as mulheres negras estão mais suscetíveis a doenças crônicas não transmissíveis, a mortalidade materna, ao aborto inseguro, a obesidade, a insegurança alimentar, a violência obstétrica, a doenças sexualmente transmissíveis, etc. (Brasil, 2022; Santos *et al.*, 2022).

Habitação. Para as mulheres, a moradia é muito mais que um abrigo, é um espaço de proteção de si e cuidado com os familiares. As negras e pobres são as pessoas que mais sofrem com desvantagens acerca da habitação, que atingem a garantia do direito à moradia e a qualidade de vida nos territórios (Helene, 2019) A configuração da cidade, do bairro, a localização, o transporte público, os serviços de água, luz, saneamento e a infraestrutura da casa influenciam na habitabilidade e na garantia de acesso e consumo dos alimentos. Isto é evidente sobretudo em áreas vulneráveis que apresentam menor disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis (Helene, 2019; Cunha *et al.*, 2022; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024).

Violência. A violência de gênero é considerada um problema de saúde pública, pois atinge a saúde física, mental, psicológica e as relações sociais da vítima. A violência contra mulher é uma situação frequente e o nível de agressão por parceiro íntimo é ainda maior entre mulheres pretas e pardas no Brasil (Aguiar, Corrêa, 2022; IBGE, 2024). Associado ao abuso patrimonial e a restrições financeiras, um contexto violento torna as mulheres mais

vulneráveis a Insegurança Alimentar (Aguiar, Corrêa, 2022). Além disto, questões que envolvem a violência nos espaços públicos, também atingem o cotidiano das mulheres no ambiente e áreas periféricas e expostas a violência dificultam o trânsito de comercialização e compra de alimentos saudáveis (Pitt *et al.*, 2017).

Representação política. A instância política é um espaço de disputas por ser cenário de tomada de decisões e construção de leis e políticas públicas. As desigualdades de entre gênero, raça e classe limitam a participação feminina, especialmente negra e da classe trabalhadora, tornando esta classe subrepresentada no campo político e decisório. No ano de 2023, somente 17% dos deputados federais, 16,1% dos vereadores e 12,1% dos prefeitos eram mulheres (IBGE, 2024). Em 2020, de 5.502 pessoas eleitas para prefeito, apenas 10 era mulheres pretas e 201 pardas (IBGE, 2021). No âmbito dos ambientes alimentares o contexto político é crucial na construção de estratégias de garantias de direitos e condições de vida, acesso e consumo dos alimentos (HLPE, 2017).

Seguridade Social. A seguridade social trata-se de um conjunto de ações, políticas, programas e serviços sociais que possibilita as pessoas adquirirem seus direitos no âmbito do trabalho, da saúde, da previdência social, da habitação, etc. Para as mulheres, negras, pobres e da classe trabalhadora, ter proteção social é um desafio diante das vulnerabilidades enfrentadas por elas em uma sociedade machista, capitalista e racista (Barreto, 2020). Programas e políticas alimentares, ao estarem alinhados as políticas de seguridade social, podem ser mais eficazes na garantia de alimentação saudável e na equidade de gênero em ambientes alimentares domésticos, por alinhar demandas, e promover soluções efetivas.

É possível observar que esses aspectos da vida social, econômica e política possuem graus de interferência na vida das mulheres e consequentemente nas suas experiências com os AAD. É importante destacar que as condições geradas pelas desigualdades e suas intersecções afeta também a relação feminina com os AAC, os trânsitos relacionados a garantia da alimentação ligam ambos os espaços.

A disponibilidade de alimentos em um território influencia diretamente as escolhas alimentares, e uma maior oferta de alimentos in natura favorece uma dieta mais saudável e equilibrada (Amâncio *et al.*, 2024). Os limites entre o AAD e o AAC são contínuos, pois o que há no domicílio é influenciado pelo ambiente externo (Glanz *et al.*, 2005). Ambos coexistem como espaços cotidianos de circulação de pessoas, alimentos, objetos e serviços que interagem com

as práticas alimentares. As mulheres vivenciam o espaço doméstico e seu entorno de forma particular, já que sua rotina é marcada pelas tarefas de cuidado — trajeto dos filhos à escola, consultas médicas, compra e preparo de alimentos, limpeza e organização da casa (Helene, 2019). Dessa forma, o trabalho feminino nas sociedades ocidentais está geralmente ligado ao trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidados.

As atividades domésticas são um resultado dinâmico da história da humanidade, estruturadas como se conhece hoje, a partir da divisão sexual do trabalho e do sistema capitalista (González, 2020; Garcia; Marcondes, 2024). Como o trabalho doméstico não gera lucro é naturalizado e considerado inferior e monótono, ainda que necessário para a manutenção da vida das pessoas por prover alimentação, saúde, higiene e educação. Por este motivo, a alimentação da família parte fundamental da reprodução social (González, 2020; Anigstein, 2020; Passos, Souza, 2021).

O trabalho feminino é central no AAD, pois por meio do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres o cuidado alimentar se concretiza. **Planejamento, compra, aquisição, limpeza, preparo e serviço** dos alimentos são atribuições socioculturais femininas. As mulheres articulam as condições materiais da alimentação, aos aspectos estruturais do contexto familiar. Além disso, o cuidado alimentar assegura nutrição, saúde, práticas alimentares e manutenção de tradições (Anigstein, 2020; Silva; Recine, 2023; Venegas; Cardoso; Santos, 2024).

As tarefas domésticas refletem também questões raciais e de classe. No Brasil, o trabalho doméstico foi e ainda é majoritariamente realizado por mulheres negras e trabalhadoras. Pessoas com maior escolaridade e renda frequentemente contratam essas profissionais para auxiliar nas tarefas domésticas, incluindo as relacionadas ao ambiente alimentar. Atividades como comprar comida, lavar louça e cozinhar são mais frequentemente desempenhadas por mulheres negras e pobres (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021).

No quadro 1 alguns elementos que considerados indispensáveis na análise sobre os AAD, foram elencados a partir da literatura (Turner *et al.*, 2018; Santos *et. al.*, 2025; Story *et al.*, 2008; Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Caspi *et al.*, 2012; Glanz *et al.*, 2005; Pitt *et al.*, 2017). Tais componentes foram classificados segundo a concepção de Turner *et al.* (2018), onde os autores sinalizam dois domínios do ambiente alimentar: o **domínio externo** e o **domínio pessoal**.

O primeiro diz respeito ao mundo de oportunidades e restrições e que não se relaciona de maneira direta com o indivíduo (Turner *et al.*, 2018), tais como **tradições culturais, disponibilidade, acessibilidade, acesso econômico, publicidade e informação**. O segundo, são aspectos de ordem “particular”, dimensões a nível individual que se relacionam diretamente com as pessoas (Turner *et al.*, 2018), tais como **desejabilidade, habilidades culinárias, estrutura familiar, ambiente social, infraestrutura, conveniência, capacidade de compras, estratégias de economia**.

Quadro 1 – Domínios externos e internos do ambiente alimentar doméstico e seus conceitos

Domínios Externos e Pessoal do AAD	Conceituação
Tradições Culturais	As tradições culturais são costumes e práticas que se relacionam com a etnia da família, a identidade, a regionalidade, etc. e que influenciam tanto na presença de alimentos tradicionais no lar, uso de técnicas culinárias e formas de consumo (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Desejabilidade	A desejabilidade refere-se a preferências individuais, aceitabilidade, atitudes, cultura e conhecimentos, que influenciam nas escolhas e comportamentos alimentares (Turner <i>et al.</i> , 2018).
Habilidades Culinárias	Habilidades culinárias podem ser entendidas de forma ampla, pois engloba práticas que vão além do ato de cozinhar e que requerem conhecimentos técnicos culinários, nutricionais e de gestão. Para além das técnicas de preparo dos alimentos, como seleção, pré-preparo, condimentação, cozimento, combinação de alimentos e apresentação, envolve também o planejamento do cardápio e das compras, a organização e controle da despesa, etc (Santos <i>et al.</i> , 2025)
Infraestrutura	A infraestrutura diz respeito aos elementos físicos do domicílio que influenciam nas escolhas alimentares, desde o preparo ao consumo tais como: presença de móveis e equipamentos de cozinha, aparelhos eletrônicos, design do ambiente e objetos, hortas domésticas, etc. (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Estrutura Familiar	A estrutura familiar diz respeito a aspectos como a composição e o tamanho da família, a forma de organização familiar, às práticas, estilos e regras familiares e aos costumes e tradições presentes no contexto familiar (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Ambiente Social	O ambiente social se relaciona com as interações com amigos, colegas, familiares e demais indivíduos da comunidade e tem o poder de influenciar nas escolhas alimentares por meio de determinados dispositivos como hábitos, apoio social e normas sociais (Story <i>et al.</i> , 2008).

Conveni- ência	A conveniência está relacionada ao tempo e esforço utilizado na preparação e consumo dos alimentos, bem como adequação em determinada situação (Turner <i>et al.</i> , 2018).
Disponi- bilidade	A disponibilidade diz respeito a adequação da oferta de alimentos saudáveis em um ambiente, referindo-se a presença ou ausência de um produto ou fornecedor em um determinado contexto (CASPI <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Acessibi- lidade	A acessibilidade está relacionada a localização da oferta de alimentos e facilidade de chegada ao local, relacionando-se com a distância física, tempo, espaço, meios de transporte, mobilidade diária, etc. aspectos que interferem nos trânsitos de acesso aos alimentos (Caspi <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Acesso econô- mico	O acesso econômico diz respeito aos preços dos alimentos e percepções de valor em relação ao custo. Estes interagem diretamente com o poder de compra dos indivíduos, estando sensíveis a flutuações na disponibilidade e acessibilidade dos alimentos (Caspi <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Publici- dade e Informa- ção	A publicidade no contexto dos ambientes alimentares diz respeito a ações de comunicação que visam promover determinado alimento do ponto de vista comercial, influenciando as escolhas do consumidor. As informações, transitam em diferentes aspectos e contextos que não só de comercial e envolvem contextos como mídia, políticas governamentais, rotulagem, etc. (Glanz <i>et al.</i> , 2005; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Capaci- dade de Compras	A capacidade de compra diz respeito tanto a frequência de realização das compras, quanto à quantidade de alimentos adquiridos. Este pode ser influenciado por questões como distância, tempo, renda, etc. (Pitt <i>et al.</i> , 2017).
Estraté- gias de Econo- mia	As estratégias de economia estão relacionadas a estratégias de sobrevivência realizadas à nível comunitário e pessoal, as quais os indivíduos utilizam nos processos de compra e consumo dos alimentos a fim de manter um maior controle orçamentário, sobretudo em um contexto de restrições financeiras (Pitt <i>et al.</i> , 2017).

Fonte: Elaboração das autoras (2024)

Entre os domínios existem interações contínuas e complexas (Turner *et al.*, 2018), onde estas são correlatas. A partir do papel feminino com a alimentação no espaço doméstico destaca-se que os elementos presentes em cada domínio se materializam sob o olhar e da ação feminina nos ambientes e acontecem mediante as intersecções entre as desigualdades de gênero, raça e classe e seus desfechos socioeconômicos.

Na tentativa de prover o cuidado alimentar, as mulheres enfrentam desafios que afetam a possibilidade de promover uma alimentação adequada e saudável nos AAD (Twyman *et al.*, 2020; Silva; Recine, 2023). Estes desafios foram identificados a partir da literatura e dos

resultados dos GF. Tais desafios são: responsabilização, sobrecarga, dificuldade de acesso físico, uso do tempo, renda baixa, custo dos alimentos e maternidade.

O modelo teórico anterior incluía os desafios “Poder de Compra” e “Mobilidade”, substituídos por “Custo dos Alimentos” e “Dificuldade de Acesso Físico” após análise das falas nos GF. O custo dos alimentos foi identificado como um fator externo que se sobrepõe ao poder de compra, relacionado a aspectos financeiros pessoais. A mobilidade foi incorporada em “Dificuldade de Acesso Físico”, abrangendo questões como distância, presença de estabelecimentos e transporte.

A **responsabilização** pela alimentação cotidiana da família, penaliza as mulheres ao conduzi-las a obrigações excessivas, exaustivas, contínuas e naturalizadas cujo frequentemente resulta na abdicação da sua vida pessoal e lazer pelo outro. A logística do cuidado alimentar é considerada um compromisso feminino, legitimado pela ética do cuidado que as mulheres internalizam como parte de seus papéis familiares. Com o objetivo de garantir o bem-estar, a saúde e a nutrição dos familiares, não há questionamentos da sociedade sobre quais as condições psicológicas, físicas e emocionais são necessárias para que isso ocorra (Franch *et al.*, 2024; Venegas; Cardoso; Santos 2024; Renk, Buziquia; Bordini, 2022).

O cuidado e o trabalho doméstico consomem grande parte do tempo feminino, impactando no **uso do tempo** e no AAD (Anigstein, 2020). Mulheres negras dedicam quase o dobro do tempo aos afazeres domésticos em comparação às brancas. Domicílios chefiados por mulheres, especialmente negras, enfrentam maior risco de insegurança alimentar devido à restrição de tempo e carga de trabalho, afetando renda e empregabilidade (Braga; Costa, 2022). Além disso, a praticidade e o acúmulo de tarefas levam ao uso de alimentos ultraprocessados e de conveniência (Turner *et al.*, 2017; Twyman *et al.*, 2020).

Toda essa responsabilidade gera uma **sobrecarga** física e mental (Renk, Buziquia; Bordini, 2022). Na tentativa de conciliar a dupla jornada de trabalho há um desgaste, sobretudo para mulheres negras que são as que mais se sentem sobrecarregadas no processo de conciliação entre o trabalho fora do lar e a família (Picanço; Araújo; Covre-sussai, 2021). Para as mulheres a alimentação é considerada mais uma das tarefas domésticas que devem ser realizadas todos os dias e trabalho doméstico é visto por algumas como mais exigentes e desgastantes do que trabalho remunerado (Anigstein, 2020).

A **maternidade** se relaciona aos desafios mencionados, pois as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. O período reprodutivo concentra a maior carga de tarefas associadas à alimentação infantil, cuidados pessoais e educação (Garcia; Marcondes, 2024). As escolhas alimentares no AAD refletem as preferências e necessidades nutricionais das crianças, acompanhando suas fases de vida (Ampansirirat *et al.*, 2022). O cuidado alimentar familiar é visto como um imperativo da boa mãe, expressão de amor e responsabilidade individual feminina (Anigstein, 2020).

A **dificuldade de acesso físico** afeta especialmente as mulheres negras e da classe trabalhadora, que vivem em zonas periféricas e que dependem de serviços públicos e de transporte para acessar os alimentos. Bairros negros e vulnerabilizados socioeconomicamente, por exemplo, possuem menor disponibilidade de alimentos saudáveis (Pitt *et al.*, 2017; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024; Amâncio *et al.*, 2024). A escassez de alimentos saudáveis nas proximidades limita o acesso das mulheres e as sobrecarrega por propiciar maiores deslocamentos. A mobilidade feminina também costuma ser interpelada por questões raciais e de classe, considerando que a falta de acesso a serviços de transporte ou veículos particulares condiciona as mulheres negras e pobres a escolhas alimentares menos saudáveis (Twyman *et al.*, 2020).

A **renda baixa** influencia diretamente nas escolhas alimentares, pois o rendimento interfere no poder de compra, na mobilidade, na composição da família e na estrutura do AAD. A renda feminina é menor que a masculina e quando se analisa sob a ótica racial, as mulheres negras estão em maior situação de vulnerabilidade econômica no país. Famílias com maior renda per capita, exibem maior aquisição de alimentos saudáveis (Sgambato *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2022). A feminização e racialização da pobreza dialoga com a Insegurança Alimentar e as demais fragilidades sociais, influenciando na qualidade de vida das mulheres e suas famílias (Santos *et al.*, 2022; Braga e Costa, 2022).

O alimento é uma mercadoria controlada pela indústria e pelos governos (Turner *et al.*, 2018). Por isso o **custo dos alimentos** é um problema econômico e social que influencia as escolhas alimentares de grande parte da população brasileira (Sgambato *et al.*, 2022), especialmente mulheres negras e pobres. O preço molda padrões de consumo nos AAD (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008), levando mulheres a criar estratégias para equilibrar renda e custo, mesmo com redução na quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis.

Os desafios apresentados refletem contextos socioculturais e econômicos, afetando a promoção de uma alimentação saudável no ambiente doméstico. Esses obstáculos dificultam bons resultados em alimentação e nutrição, ao incluir exclusivamente às mulheres a responsabilidade por essa tarefa, especialmente em uma sociedade capitalista marcada por desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo proposto chama atenção para as realidades sociais e as desigualdades que circunscrevem as experiências femininas no ambiente doméstico. Contribui também, com a desnaturalização da relação mulher – alimentação por dar luz à aspectos do cotidiano feminino e aos contextos socioeconômicos o qual as mulheres estão inseridas, tendo em vista as interseccionalidades entre gênero, raça e classe.

As dinâmicas do AAD são mediadas pelas mulheres que, a partir das condições de vida e buscam fazer escolhas e gerenciar a alimentação em casa da forma que é possível. O modelo destaca que análises sobre experiências femininas em AAD devem dar ênfase a desafios como maternidade, sobrecarga, uso do tempo, poder de compra, custo dos alimentos e acesso físico aos alimentos, como elementos que dificultam a promoção de AAD mais justos e saudáveis, bem como garantia de equidade de gênero, raça e classe.

Propõe-se repensar acerca do cuidado, sobretudo do cuidado alimentar, que se circunscreve no AAD. Compartilhar essa responsabilidade com a família, Estado e sociedade possibilita maior autonomia feminina em âmbitos como educação, mercado de trabalho e na vida pública. É importante o investimento em políticas públicas que aumentem a disponibilidade de serviços relacionados ao cuidado, a alimentação e a nutrição em busca da promoção de AAD saudáveis e equitativos.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres, participantes dos grupos focais. À Karla de Sousa e Larissa Grudka, na época graduandas em Nutrição, pelo apoio no desenvolvimento do estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, J.A.; TABAAC, A.; JUNG, S.; ELSE-QUEST, N.M. Considerations for employing intersectionality in qualitative health research. *Social Science & Medicine*, [S.L.], v. 258, p. 113138, ago. 2020. Elsevier BV. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953620303579>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

AGUIAR, A.P; CORRÊA, R.S. Violência por parceiro íntimo contra a mulher e insegurança alimentar: uma revisão narrativa da literatura. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, [S.L.], v. 26, p. e210488, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/x7XkDSf4588GDtYPpX5mV9v/>>. Acesso em 17 de setembro de 2024.

AMANCIO, L.S.; SCHEMIKO, L.B.; RETONDARIO, A. Ambiente alimentar em um território de vulnerabilidade social em Piraquara-PR. *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 48, n. 141, p. e8575, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/K7sxzg9RdCqQq4KLVxygNb/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

AMPANSIRIRAT, A; CHUKUMNIRD, S; SINGHASEM, P; SUWANRAJ, M; PHROMJUANG, K. Mothers' cooking: perspectives of givers and takers. *Trends in Sciences*. 2022;19(6):2998. Disponível em: <<https://tis.wu.ac.th/index.php/tis/article/view/2998>>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

ANIGSTEIN, M.S. Trabajo femenino y doble presencia como condicionante de las estrategias alimentarias familiares y los estilos de vida en hogares de Santiago de Chile. *Cadernos de saúde pública*, v. 36, n. 9, p. e00199819, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/nk9Rdv5BZ68X9PvS9vnzXMt/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

BARRETO, L. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. *Revista Katálysis*, [S.L.], v. 23, n. 02, p. 309-316, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/wq56wB5XDJjcy5qfVnR76LL/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

BRAGA, C.; COSTA, L. Time use and food insecurity in female-headed households in Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.L.], v. 39, p. 1-23, 6 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PBqD6RXp6HFz5nGkRvQ7Rq/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. População negra: situação de saúde e condições de vida – Boletim temático do Ministério da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, v. 02, n. 11, nov. 2022. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BUNGE, M. **Teoria e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva 1ª Edição, 2020.

CASPI, CE.; SORENSEN, G.; SUBRAMANIAN, SV.; KAWACHI, I. The local food environment and diet: a systematic review. *Health & Place*, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 1172-1187, set. 2012. Elsevier BV. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1353829212001037>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

CHOO, H.Y.; FERREE, M.M. Practicing Intersectionality in Sociological Research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. *Sociological Theory*, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 129-149, jun. 2010. SAGE Publications. Disponível em: https://users.ssc.wisc.edu/~mferree/documents/choo_ferree_intersectionality_final0909.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

CUNHA, C.M.L.; CANUTO, R.; ROSA, P.B.Z.; LONGARAI, L.S.; SCHUCH, I. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v.

27, n. 2, p. 687-700, fev. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/nZLYH4MXbjKhtwJZcwHy5KK/>>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

DUARTE, ALCM; RODRIGUES, VP; ALVES, RCF; OLIVEIRA, GM. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/FNXWPdyCWjD667LSCLX39Gg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

FILHO, B.A.B.S.; STRUCHINER, C.J. Uma proposta teórico-metodológica para elaboração de modelos teóricos. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 86-97, mar. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/KkY6fjdDcLrM5yhLmPQqPpg/>>. Acesso em: 21 de março de 2023.

FRANCH, C.M; OSIAC, L.R.; HIRSCH, P.H; CONTRERAS, I.P. Roles dentro de los entornos domésticos en Chile: la “portera alimentaria”. **Nutrición Hospitalaria**, Madri, v. 41, n. 4, p. 873-878, set. 2024. Disponível em: <https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-16112024000500019>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

GARCIA, AS; FERREIRA, JL. Análise de conceito e análise temática na pesquisa qualitativa em educação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 10, n. 2, p. 45-62, jul./dez. 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13678/10273>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

GARCIA, B.C; MARCONDES, G.S. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 39, p. 1-23, 13 maio 2022. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YFcf3Nd3WFxGvmwhsByQqBH/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

GLANZ, K.; SALLIS, J.F.; SAELENS, B.E.; FRANK, L.D. Healthy Nutrition Environments: concepts and measures. **American Journal Of Health Promotion**, [S.L.], v. 19, n. 5, p. 330-333, maio 2005. SAGE Publications. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15895534/>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

González L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Rios F, Lima M, orgs. Por um feminismo afro-latinoamericano: Léila González. 1ª ed. São Paulo: Zahar; 2020. p. 79-94.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbbkMZB7PYMvxTwZrXf9t/>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

HLPE. High Level Panel of Experts. **Nutrition and food systems: A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition**. Committee on World Food Security. Rome, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/1155796/>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 2024. (38). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 2021(48). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 24, p. 198-209, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RHprbDRJTmdxg8Pqjmbxnpg/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PEREIRA, BCJ. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. 2021 Sep-Dec;21(3):445-454. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c>>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

PICANÇO, F.; ARAÚJO, C.M.O.; SUSSAI, M.C. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 38, p. 1-31, 5 nov.

Mulheres, cuidado alimentar e desigualdades: construção de um modelo teórico interseccional para análise de experiências femininas em ambiente alimentar doméstico

2021. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/7v3spxmtb7r7qfxfk6hntsm/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

PITT, E.; GALLEGOS, D.; COMANS, T.; CAMERON, C.; THORNTON, L. Exploring the influence of local food environments on food behaviours: a systematic review of qualitative literature. **Public Health Nutrition**, [S.L.], v. 20, n. 13, p. 2393-2405, 7 jun. 2017. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10261492/> >. Acesso em: 21 de junho de 2022.

RENK, V.E.; BUZQUIA, S.P.; BORDINI, A.S.J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 416-423, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Rj7CcQFNbJHCTFpwWGrnppp/> >. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

ROSENKRANZ, R.R.; DZEWALTOWSKI, D.A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, [S.L.], v. 66, n. 3, p. 123-140, 13 fev. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: < <https://academic.oup.com/nutritionreviews/article-abstract/66/3/123/1858048?redirectedFrom=fulltext&login=false> >. Acesso em: 04 de abril de 2022.

SANTOS, L.; SLATER, B.; SILVA, CC; RUSSO, GC; TEXEIRA, AR. Habilidades culinárias nas políticas públicas brasileiras de alimentação e nutrição: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e05342023, fev. 2025. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/ng53yPfqBZqdVMqftFw9TbR/> >. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

SANTOS, L.A.; FERREIRA, A.A.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SABINO, L.L.; OLIVEIRA, L.G.; SALLES-COSTA, R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], 38(11):e00130422, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/8n98Gjtf49CJzYqhyQRCjyk/> >. Acesso em: 18 de julho de 2024.

SGAMBATO, M.R.; LIGNANI, J.B.; PIRES, C.A.; RIBEIRO, E.C.S.; DOMINGOS, T.B.; FERREIRA, A.A.; SICHIERI, R.; OLIVEIRA, L.G.; SALLES-COSTA, R. Inequalities in food acquisition according to the social profiles of the head of households in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4303-4314, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/353vLfbpsbvMcJmfHDqHyG/abstract/?lang=en> >. Acesso em: 20 de julho de 2024.

STORY, M.K.; KAPHINGST, K.M.; O'BRIEN, R.R.; GLANZ, K. Creating Healthy Food and Eating Environments: policy and environmental approaches. **Annual Review Of Public Health**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 253-272, 1 abr. 2008. Annual Reviews. Disponível em: < <https://www.annualreviews.org/docserver/fulltext/pu/29/1/annurev.publhealth.29.020907.090926.pdf?expires=1754880878&id=id&acname=guest&checksum=34868E0F505BB233E026298AE05DCC25> >. Acesso em: 18 de maio de 2022.

SILVA, GBL.; RECINE, E. Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 18, e65199, 2023. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/65199> >. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

TURNER, C.; AGGARWAL, A.; WALLS, H.; HERFORTH, A.; DREWNOWSKI, A.; COATES, J.; KALAMATIANOU, S.; KADIYALA, S. Concepts and critical perspectives for food environment research: a global framework with implications for action in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, [S.L.], v. 18, p. 93-101, set. 2018. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912418300154> >. Acesso em: 01 de junho de 2022.

TWYMAN, J.; ELISE, T.; TOGKA, C.; FERRABOSCHI, C.; BROUWER, I.D. Gender equity considerations in food environments of low and middle income countries: A scoping review. **IFPRI Discussion Paper**, 2020. Disponível em: < <https://cgspace.cgiar.org/items/18ca7244-6816-478c-a737-255078115b37> >. Acesso em: 30 de Janeiro de 2023.

VENEGAS, M.R.C.; OLIVEIRA-CARDOSO, E.A.; SANTOS, M.A. Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 33, p. e220547pt, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902024220547pt>. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXvTm83W99WZ8NBnmqCqX8f/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 01 de novembro de 2024.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).